

Relatoria Andanças do Patrimônio

Cidade: Curitiba/PR

Data: 13 de agosto de 2025

Local da realização da atividade: Sala Polivalente do MGI em Curitiba

Relatores IPHAN-PR: Lucas Cimbaluk, Juliano Martins Doberstein, Joana Coradi, Rachel Krul Tessari, Victor Reis Chaves Alvim e Rafael Boeing

Colaboradores externos: Wiland Bornia e Aline Martelosso Filus (Coordenação do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná)

Observação: após a conclusão da escuta, encaminhar a relatoria para:

snpc@iphan.gov.br

Eixo 1 - Tecendo redes e fortalecendo territórios: a institucionalização do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural a partir da gestão participativa e compartilhada

Desafios	Oportunidades
Dificuldade de integração e permanência de povos tradicionais em territórios com patrimônio	Criar tecnologias legislativas para garantir a participação de povos tradicionais
Incompatibilidade entre legislação ambiental e patrimônio cultural	Fomentar gestão documental entre órgãos e arquivos públicos
Proteção patrimonial a partir do interesse coletivo	Criação de políticas claras para proteção documental
Exiguidade de equipes técnicas e recursos nos órgãos de proteção ao patrimônio cultural	Ampliar os instrumentos de proteção de bens culturais, como inventários culturais, tornando-os ferramentas efetivas de preservação
Fragilidade das políticas municipais	Fortalecimento das políticas culturais em âmbito municipal criação de conselhos paritários municipais de gestão patrimonial,
Uso legislativo da patrimonialização com decretos e leis	Diálogo e articulação entre poderes e formação de gestores sobre a legislação e a patrimonialização
Conscientizar servidores, gestores, titulares, instituições, órgãos a realizarem a gestão do patrimônio documental	Formalização de políticas para gestão do patrimônio documental em cada poder e esfera.
Consolidar as políticas para gestão do patrimônio documental	Esclarecer diferença entre patrimonialização pela legislação patrimonial existente e a patrimonialização legislativa

Demora na instrução de processos de patrimonialização para efetivar a preservação e salvaguarda	Constituição de conselhos municipais paritários para consultas para desenvolvimento de ações e políticas
Dificuldade de diálogos conceituais entre áreas ambiental e cultural	Capacitação dos usuários produtores
Repercussões políticas potenciais dos processos de reconhecimento patrimonial e impactos que têm dificultado o andamento dos processos	Fomentar a gestão cultural abrangendo as diferentes esferas e órgãos públicos
Falta de corpo técnico nos municípios na área de cultura, incluindo corpo de especialistas	Legislação nacional que defina competências relativas ao patrimônio e a definição de nomenclaturas específicas para cada tipo de reconhecimento, mesmo que em diferentes esferas governamentais
Falta de regras claras de patrimonialização em âmbito municipal	Contratação de técnicos arquivistas e historiadores por meio de concurso
Falta de diálogo entre áreas da cultura e educação na gestão governamental nas diferentes esferas	Resgatar e visibilizar narrativas e memórias da comunidade LGBTQIA+, podendo levar também à valorização de espaços relacionados às vivências desta comunidade
Falta de recursos e dificuldades de gestão em municípios pequenos	Diálogo entre áreas de patrimônio cultural, patrimônio ambiental, patrimônio geológico
Falta de diálogo contínuo entre municípios vizinhos e com esferas superiores	Otimização de processos de reconhecimento patrimonial e consultas com utilização de inteligência artificial
	Incluir atuação de universidades e institutos federais no SNPC e favorecer sua integração nos processos de proteção do patrimônio
	Buscar parcerias e apoios em universidades e instituições de ensino para desenvolvimento de ações conjuntas, cursos e projetos de extensão
	Favorecer o remanejamento de servidores especializados com conhecimento técnico

	em áreas necessárias ao campo do patrimônio
	Realização de cursos e capacitações a servidores sobre temática do patrimônio - escola de governo
	Estabelecer estratégias de diálogo contínuo entre municípios e com diferentes esferas governamentais, independentemente de mudanças de gestão
	Criar planos regionais para desenvolvimento em conjunto por diferentes entes envolvidos
	Criação de conselhos estaduais paritários, com a participação de povos tradicionais e marginalizados, no âmbito do IPHAN de patrimônio ambiental e cultural, permitindo o recebimento de recursos via fundo e a execução descentralizada.
	Gestão compartilhada envolvendo turismo, educação e cultura
	Transversalidade das políticas públicas
	Promover o interesse da comunidade e população em geral no patrimônio cultural

Eixo 2 - Patrimônio Cultural para e pelo povo: representatividade, acessibilidade, equidade e democratização

Desafios	Oportunidades
Diversidade cultural nas regiões de fronteira e os trânsitos culturais com potencial de conflito nas políticas de patrimônio imaterial (dificuldade de mediação)	Diversidade de entendimentos de natureza, passado e futuro e abertura do projeto político para entender e considerar esta diversidade
Dificuldade de participação de minorias na política patrimonial e reconhecimento de seus patrimônios culturais	Potencialidade do patrimônio cultural para proteção às pessoas e superar rupturas sociais
Dificuldade de viabilizar a participação, transmissão dos conhecimentos sem	Conhecimento das comunidades sobre o conceito de patrimônio, necessidade de aproximação dos órgãos de preservação

recursos e compatibilização de horários com outras atividades dos detentores	dos valores sociais dos detentores, considerando formas diversas de estar no mundo, como sua noção de temporalidade
Patrimônio cultural ainda elitizado, com conceitos que não abrangem entendimentos de diferentes comunidades e povos gerando distanciamento da política patrimonial	Buscar maior participação ativa da comunidade dentro de processos patrimoniais e culturais
Fragilidade dos licenciamentos ambientais com a fragmentação de competências e políticas	Necessidade de todos os municípios promulgarem lei sobre política patrimonial, garantindo a criação de instrumento de preservação, conselho e fundo
Violência sobre as comunidades e dificuldade de criar empatia com políticas	Diálogo e troca de experiências entre municípios para criação de legislação, instrumentos, conselho e fundo
Ideia do patrimônio como seleção ou amostra representativa e a necessidade de garantia de equidade. Dificuldade de definição de critérios de seleção patrimonial no campo do patrimônio imaterial	Uso de força da legislação para exigir ação governamental, independentemente da gestão e garantindo representatividade social
Diferenças de reconhecimento patrimonial entre municípios, estados e governo federal e tratamento isonômico e com equidade das comunidades	Potencial do recurso aos protocolos de consulta prévia, livre e informada como garantia de direitos das comunidades, independentemente da existência de um acautelamento já formalizado
Implementar política pública que já está posta, com investimento orçamentário, para ter mais projetos e iniciativas no campo do patrimônio	Potencialidade das Leis estaduais do Patrimônio Vivo (exemplo de Pernambuco)
Falta de participação de pessoas negras nos espaços decisórios	Potencialidade de inventários e processos de patrimonialização para visibilização de povos que sofrem preconceito e são invisibilizados na sociedade
Apagamento de comunidades como ciganos, de negros, de axé e dificuldade de acesso a editais e políticas públicas pela falta de compreensão de	Potencialidade de políticas como PNAB, lei dos mestres para viabilizar a remuneração de detentores e garantir a transmissão de conhecimentos

entendimentos diversos destas comunidades	
	Identificar o potencial cultural nas áreas de fronteira, identificando suas especificidades
	Distribuição de diferentes selos para identificação e reconhecimento patrimonial, possibilitando reconhecimento social a partir das comunidades, como autodeclaração, até que o bem tenha reconhecimento por outros instrumentos (promovendo a agilização e desburocratização do processo)
	Possibilidade de diálogo do campo do patrimônio com políticas de mestres de saberes, doutorado notório saber, nas universidades
	Criação de espaços de diálogo para discussão de temáticas do patrimônio, de acordo com interesses das diferentes comunidades
	Criação de representação do Iphan (Escritório Técnico) no litoral (Paranaguá)

Eixo 3 - Fazendo a roda do patrimônio girar: Fomento, Economia do Patrimônio, Trabalho, Renda e Sustentabilidade

Desafios	Oportunidades
Reconhecimento dos mestres / detentores de conhecimento como instrumento de geração de renda	Gestão compartilhada de áreas como Geoparques. Exemplo: Geoparque do Caiuá e de Prudentópolis
Quais são os critérios para os reconhecimentos desses mestres/detentores	Usar o modelo de Geoparque para outras áreas culturais, incluindo turismo de base comunitária
Legislações que não se alinham com as necessidades das comunidades para a preservação de seus patrimônios	Diagnósticos compartilhados de áreas com potencial cultural que tenham problemas em comum
Diálogo e educação patrimonial com os agentes das comunidades tradicionais e agentes públicos	Criação de fundos para uso em patrimônio cultural e preservação

Geração de renda a partir da sustentabilidade dos saberes e manutenção do patrimônio material e imaterial	Leis de incentivo fiscal ligadas aos saberes tradicionais, eventos e turismo, possibilidade investimento diacrônico de empresas por meio de TAC ou outros instrumentos
Falta de editais de incentivo às ações culturais	Construção de mecanismos legais como mecenato e fundos municipais de cultura e criação de Secretarias Municipais de Cultura, Conselhos Municipais
Fomento adequado de turismo sustentável, como modelos na BA, que respeite as características próprias de cada comunidade	Possibilidade de produção agrícola própria por parte das comunidades indígenas, em vez de arrendamento de suas terras
Distribuição dos recursos públicos, que são contingenciados	Criação e fortalecimento de redes e incubadoras com foco na geração de renda
Acesso aos editais pelas comunidades tradicionais, pois muitos não são difundidos ou divulgados a elas. Por que os detentores não estão aqui hoje?	Papel mais ativo das universidades, estado, IPHAN, municípios para viabilizar fomento em geração de renda
Ampliar o diálogo e ouvir as demandas dos grupos e movimentos sociais, descentralizando a informação e levando-a para além dos grupos de intelectuais, técnicos e especialistas	Maior difusão e divulgação dos editais e leis de incentivo às comunidades tradicionais e aos detentores
A diversidade está presente no calendário oficial dos municípios?	Inclusão de datas significativas às comunidades tradicionais dos municípios
Desigualdade social extrema dificulta o pensar no patrimônio cultural como algo que também é essencial	Mapeamentos e inventários de saberes e conhecimentos tradicionais como ponto de partida para geração de renda
Dificuldade de diálogo entre órgãos públicos e comunidades tradicionais	Encontrar formas positivas de diálogos
Ausência de uma porcentagem do orçamento municipal para sujeitos autônomos.	Promoção de oficinas que contemplem aspectos e econômicos formando e reconhecendo agentes culturais locais
Ausência de políticas públicas que contemplam os conhecimentos locais	
Eixo 4 - Patrimônio Cultural: caminhos para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a proteção e a adaptação frente à emergência climática	
Desafios	Oportunidades

Trazer detentores de patrimônio cultural imaterial ou, preferencialmente, ir até eles – de modo a conhecer demandas e realidades de seus territórios.	Ouvir população indígena para subsidiar respostas e ações acerca de questões ligadas à preservação ambiental e, consequentemente, nos casos ligados ao patrimônio cultural.
Dificuldade advinda de formação insuficiente em nível universitário para pesquisadores quando deparados com tecnologias novas, ou ainda com realidades que tipicamente não são apresentadas em âmbito acadêmico. Perda de conhecimento de técnicas vernaculares tradicionais e distanciamento ou desligamento entre os conhecimentos acadêmico, o institucional (como no IPHAN) e o popular.	Aprimorar o programa do Canteiro Modelo do IPHAN, para ensejar a aproximação entre detentores de saberes tradicionais e público acadêmico, a fim de convergir e potencializar questões patrimoniais, inclusive em associação com instituições, políticas e organizações voltadas à proteção ambiental.
Ausência de disciplina sobre direitos culturais em âmbito universitário em paralelo com inseguranças relativas a direitos autorais.	Inserção de temáticas relacionadas ao patrimônio cultural e à educação ambiental em nível superior e de E.F. e E.M. Promoção dessas temáticas não apenas dentro dos currículos, mas também em termos do sistema de Educação como um todo, com caráter norteador.
Lei de direitos autorais de 1998 tem caráter proprietário e menos voltado aos interesses sociais.	Criação de projetos junto às comunidades, com escuta ativa, em especial com povos originários. Deixar que os povos falem por si, não que intermediários falem por eles para apresentação das demandas.
Visão insuficiente que cria falsa dicotomia entre patrimônio cultural e meio ambiente, uma vez que toda a cultura humana e seu patrimônio inserem-se na natureza e estão diretamente ligadas às questões ambientais. É preciso mudar a chave de entendimento para a educação patrimonial e ambiental para uma visão que une aspectos sociais, ambientais e patrimoniais, indissociáveis.	Possibilidade de utilização de técnicas vernaculares, no caso das edificações, para soluções de mitigações de impactos climáticos.

<p>Não existe diálogo entre a elite dirigente de órgãos públicos e população (sobretudo a marginalizada), de modo que culminam em projetos incompletos, insuficientes e que desconsideram aspectos ambientais e sociais.</p>	<p>Uso de edificações já tombadas para abrigar finalidades ligadas ao patrimônio cultural imaterial, também com preocupação econômica. Ensejar turismo ligado ao patrimônio.</p>
<p>Retirar o papel do Estado e transferi-lo in totum aos detentores e comunidades poderá impedir que se avance para um segundo passo. Existe a necessidade de o Estado e a academia terem um papel de, ao mesmo tempo, ouvir os detentores de conhecimentos vernaculares e aprender com eles e também levar inovações a eles – com todos os desafios que isso acarreta.</p>	<p>Pedido a empresas para subsidiar restauros de edificações para finalidades mencionadas no item acima.</p> <p>Promover e executar ações a partir da sociedade civil organizada para fins de preservação patrimonial.</p>
<p>Risco de turismo esvaziar o patrimônio (material ou imaterial), no caso de não haver turismo de base comunitária.</p> <p>Questões econômicas ligadas à necessidade de restauro das edificações para que estejam em condições próprias de uso: não há, atualmente, dinheiro disponível para tal finalidade.</p>	<p>Sugestão de trabalho considerável de educação a respeito de como se lidar com situações de emergência, porque serão muito comuns.</p>
<p>Amazônia entrará, em 20 anos, no estágio de não retorno e, em âmbito estrutural (macro) nós (sociedade; Estado) não sabemos o que fazer.</p>	<p>Mapear, diagnosticar e digitalizar os bens imateriais registrados pelo IPHAN, disponibilizando-os on-line. Utilizar esse canal para orientar prioridades de atuação junto ao patrimônio imaterial mais ameaçado.</p>
<p>Termo “desenvolvimento sustentável” é inadequado para designar o que se busca construir enquanto sociedade.</p>	<p>Sugestão de que se façam relatórios de riscos (como em museus).</p>
<p>Entendimento de que a dependência da internet (e mecanismos dependentes de energia elétrica) não é totalmente confiável, de modo que é preciso encontrar meios auxiliares e alternativos para garantir manutenção de</p>	<p>ACT entre IPHAN, ICMBio, para revisão de planos de manejo a fim de criar áreas para práticas tradicionais [via RECEP]. Especificamente sobre Canal do</p>

informações mesmo sem energia elétrica e/ou internet.	Varadouro: reunião no MAE sobre essa temática.
Problemas ligados a desvio de competências profissionais; profissionais de uma área têm dito o que deve ou não deve ser feito para outra área, para os detentores, para os técnicos específicos, mesmo sem conhecer. Considerações “fora de lugar” e intempestivas.	
PPPs como origem de mudanças que afetarão museus e outras instituições e territórios.	
Muitas pessoas com doenças crônicas na região de Guaraqueçaba, coincidentemente ocorrendo após o declínio das roças tradicionais (de subsistência) que havia lá.	
Dragagem do Canal do Varadouro, importante para a diversidade biológica: causado para possibilitar trânsito de navios. A área coincide com área de proteção ambiental e com ocorrência de práticas tradicionais de caiçaras.	
Alterar lógica de bens fixados em comunidades tradicionais para se adaptar às práticas de mudança do local de montagem das casas de acordo com o alcance de marés - o que certamente será impactado com mudanças climáticas e aumento do nível do mar.	
Pessoas já marginalizadas têm sido excluídas também dos debates sobre o chamado desenvolvimento sustentável - portanto, das ODS.	

<p>Planos de contingência devem ser destacados para que se saiba o que fazer em caso de desastres naturais.</p> <p>Mitigação: é preciso canalizar recursos para mitigação e compensação de danos, direcionados aos bens que constarem em maior risco.</p>	
<p>Estado não deve terceirizar decisões ligadas ao patrimônio e ao meio ambiente para empresas privadas. - a inclusão de populações até então marginalizadas em políticas públicas deve caber ao Estado e deve contar com escuta participativa.</p>	
<p>Kaingangs e guaranis têm fome – e urgência em reverter esse quadro. Vieram buscar ajuda. Há entendimento de que eles poderiam ter a possibilidade de plantio em suas terras e de conseguir dinheiro com atividades econômicas de modo a alterar tal situação.</p>	